



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 28
DE FEVEREIRO DE 2001: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e um, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo Senhor Eng. João Manuel Domingues Moreira Prina, secretariado pela Sr.^a D. Maria Elzita de Miranda Seixas e Dr.^a Ana Maria Baião Seabra Ramos, respectivamente 1^a e 2^a secretárias, com a presença dos Senhores deputados Exm^{os} Srs. Carlos Manuel Brites Monteiro, Ramiro Távora da Cruz Acena, Narciso Patrão António, Manuel Vitor Almeida Aveiro, Eugénio dos Santos Leigo, Silvério da Rocha Monteiro, Ana Margarida dos Santos Mesquita, João Maria dos Santos Palmela, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, José Manuel Fernandes Balugas, José Zacarias Pires Nabais, Maria Arminda Santos Cosme Calisto Pimentel, Juan António Figueiredo Apolinário, Fernando Manuel dos Santos Alves, Luís Carlos Domingues Balseiro, Pedro Nunes, Artur Jorge Ribeiro Fresco, Dr. Luis Manuel Neves Rocha e Gabriel Miranda de Pinho, não tendo comparecido os Srs. Deputados Maria Adelaide Rocha Aveiro Camarinha, Jorge Manuel Mesquita Rua, Rui Sérgio Amorim Cupido. -----

----- HORA DE ABERTURA: -----

----- Eram quinze horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e ausências anteriormente referidas. -----

----- O Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia antes de dar início à presente sessão da Assembleia Municipal, informou que tinha um pedido da Câmara Municipal que lhe fora transmitido no momento, que era o seguinte: já tinha sido aprovado o Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira-Pólo II, todavia havia algumas correcções que teriam que ser feitas por imposição de algumas autoridades especialmente da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, que exigiam algumas modificações. A Câmara Municipal pediu que fosse submetido à apreciação da Assembleia Municipal o documento em causa, dada a necessidade que tinha em ter o Regulamento do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Plano aprovado depois de corrigido, formulando proposta no sentido do mesmo ser introduzido na Ordem de Trabalhos e aprovado na presente sessão, comprometendo-se a explicar, ponto por ponto, as alterações efectuadas, que, nalguns artigos, eram uma questão de redacção. De seguida, submeteu a aceitação da Assembleia Municipal a introdução de um novo ponto na Ordem de Trabalhos o qual passaria a ser o ponto número seis e seria intitulado “**ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE MIRA – POLO II, NA SEQUÊNCIA DE PARECER DA DGOTDU**”. Não havendo pedidos de esclarecimento, foi a introdução do ponto número seis sujeita a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Ramiro Távora da Cruz Acena para agradecer o voto de pesar que lhe fora dirigido pelo falecimento de seu pai. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para referir que haviam sido solicitados pelo senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro, julgava que na última sessão, alguns dados sobre o balancete do mês de Novembro e a relação das obras, pelo menos as do ano de dois mil, elementos que lhe haviam chegado naquele momento às mãos, mencionando-os, tendo feito a entrega dos mesmos ao senhor deputado. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS:**-----

----- Foi presente um pedido de justificação de falta do senhor deputado Ramiro Távora da Cruz Acena, à sessão da Assembleia Municipal de Mira de 16 de Dezembro de 2000, o qual foi aceite e justificada a respectiva falta pela Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista no nº5 do art.º 46º do Dec. Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

----- Foram presentes dois pedidos de justificação de falta do senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário, respectivamente, às sessões da Assembleia Municipal de Mira de 29 de Setembro de 2000 e 16 de Dezembro de 2000, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas pela Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista no n.º 5 do art.º 46 do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTA DE SESSÃO ANTERIOR:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada no dia 16 de Dezembro de 2000.-----

----- Tomou a palavra o senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho para fazer uma rectificação, na página catorze, onde dizia, “a Câmara deu-lhes dois mil contos que também deu à Praia ...”, esclarecendo que o texto devia ser rectificado no sentido de ficar a constar que a verba não tinha sido atribuída pela Câmara Municipal, mas que tinha vindo do Ordenamento do Território.-----

----- Não havendo mais intervenções foi a mesma aprovada por maioria, com três abstenções dos senhores deputados João Maria dos Santos Palmela, Juan António Figueiredo Apolinário e Ramiro Távora da Cruz Acena, que declararam ter-se absterido por não terem estado presentes na sessão a que a acta se reporta.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- O senhor deputado João Maria dos Santos Palmela usou da palavra para referir duas situações, a primeira foi sobre o abate de árvores no pinhal do Montalvo, a qual teria sido falada há algum tempo, solicitando o mesmo deputado alguns esclarecimentos sobre o assunto, a segunda foi interrogando a Câmara, para saber a quem competiria a desinfecção dos contentores do lixo, se à ERSUC se à Câmara Municipal.-----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Eugénio dos Santos Leigo e referindo-se à visita do Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, que seria no dia seguinte, achava que a Câmara devia alertar o referido Senhor Ministro para situação em que se encontrava a Barrinha da Praia de Mira, falando-lhe da necessidade de uma limpeza geral.-----

----- O senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho interveio de seguida, começando por falar sobre o Boletim Municipal, nomeadamente no facto de o mesmo ter ou não ter número, pensando ele, mas não sabendo, se seria obrigatório estar numerado para uma melhor identificação. Referiu ainda que o boletim supracitado falava na reconstrução da Escola dos Carapelhos, o que tinha sido no primeiro ou no segundo ano do mandato da Câmara, questionando se não haveria outros assuntos a ser tratados. De seguida falou da Rua da Fonte- primeira fase, que vinha mencionada no referido boletim, que não condizia com a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

fotografia, sendo esta da rua do Angelino da Horta, tratando-se portanto da segunda fase. Depois falou sobre outros assuntos tais como o abastecimento de água. De seguida e dirigindo-se ao Senhor Vereador Agostinho, por serem dois assuntos que lhe diziam respeito, falou sobre dois postos sem electricidade na Rua Nova do Corticeiro de Baixo e outro na Rua da Peneira e também na Rua do Dr. Manuel Rosete, estando as pessoas a pedir constantemente na Junta a resolução do caso, e, solicitou ao senhor vereador que tomasse anotação do facto. Em terceiro, o referido deputado, lembrou o Senhor Engenheiro Rui de vários assuntos, tais como: o muro do Sr. Sebastião que continuava por fazer, também de umas manilhas partidas em frente à casa do senhor Janicas, já não se conseguindo passar para o lado das covas porque um tubo de plástico que lá foi posto foi rebentado com a passagem dos camiões, solicitando que fosse tomado em consideração e uma vez que se partiu que fosse reparado. Seguidamente, e ainda sobre obras, disse que a Câmara Municipal devia tomar conta de um serviço de empreitada de abastecimento de águas, que estava a deixar danificadas as calçadas e covas na estrada, porque sobrou-lhe mais pedra do que aquela que foi aplicada, quanto à água fora-lhe dito pelo encarregado que mal acabassem punham logo as travessias com massa asfáltica por cima, o que não aconteceu, continuando portanto os buracos lá, solicitando, que dissessem alguma coisa ao empreiteiro, uma vez que ele já tinha abandonado o serviço e aquilo continuava cada vez pior. Formulou ainda um outro pedido à Câmara, que foi a mudança de localização de uma placa de identificação de localidade, que era na Rua Nova . De seguida falou sobre uma carta do Sindicato dos Professores, que também teria sido enviada à Câmara, que mencionava deficiências detectadas na visita efectuada pelo sindicato escolar ao 1º Ciclo do Ensino Básico e ao Jardim de Infância deste Concelho , Escola do 1º Ciclo do Corticeiro, solicitando a sua resolução, tais como: reparação de um armário e substituição da fechadura, substituição do suporte e lâmpada da casa de arrecadação, fixação à parede do suporte de iluminação do exterior da traseira do edifício, colocação de um tubo até ao chão no esgoto do depósito da água, equipar a escola com material desportivo, construção de vedação em rede principalmente no espaço onde os alunos jogam futebol e praticam outras actividades físicas, muro apresenta perigo eminente de queda encontrando-se rachado e deslocado devido ao abatimento do terreno pondo em causa a segurança dos alunos, arranjo do depósito da água que verte em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cima da sanita, arranjo da porta da traseira do edifício que não abre tendo os alunos que passar pela rua para irem para o pequeno coberto; há também, disse, um tubo que sai do depósito descarregando para este espaço, devendo proceder-se à análise bacteriológica das águas que passam por um depósito, apresentando resíduos e fornecer esta informação à Escola; que no seguimento desta carta foram chamados à escola as professoras juntamente com os pais, estes estavam insatisfeitos porque continuavam sem o devido telheiro que os meninos mereciam e todas as escolas mereciam. Disse ainda o senhor deputado, que gostaria de se confrontar com o Senhor Presidente, que não estava presente, de lhe perguntar se era verdade o facto relatado por uma das mães, que disse na frente de todos os pais, que eram vinte e um, que o Senhor Presidente tinha dito que a Junta não fazia o telheiro porque não queria, ao que o senhor deputado lhe respondeu que não, que essa devia ser uma mentira sua da parte, pensando que o Senhor Presidente não dizia uma coisa dessas porque sabia que a Junta não tinha competência nem dinheiro para tal, solicitando à senhora que lhe arranjasse um officio do Senhor Presidente da Câmara ou de um Vereador qualquer que assumisse que a Junta tinha competências e que daria a verba para fazer o telheiro e a obra seria começada de imediato, ao que a senhora respondeu que a informação não lhe tinha sido dada a ela. Solicitou, ainda que fossem feitas umas janelas naquelas escolas. Por fim o senhor deputado fez um agradecimento e deu os parabéns pela substituição do abrigo novo no Corticeiro de Baixo.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao Senhor Presidente da Junta e passou a palavra ao Senhor Vice Presidente que depois de ter cumprimentado os Senhores Deputados, deixou uma nota do Senhor Presidente da Câmara, que não podia estar presente devido à visita a Concelhos vizinhos do Senhor Ministro das Obras Públicas e de encetar contactos para uma possível visita nas próximas semanas, desse Ministro, ao nosso Concelho. O Vice Presidente respondeu que relativamente à primeira questão do Professor Palmela, o pinhal do Montalvo era de facto um processo já muito antigo que vinha de executivos anteriores, mantendo-se o processo em tribunal. Que algumas centenas de árvores tinham sido abatidas, senão milhares. A Câmara aguardava o desenvolvimento do processo (que estava com o advogado do Município), e a respectiva indemnização. Quanto à desinfecção dos contentores do lixo, o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

contrato que foi feito com a ERSUC não contemplava a desinfecção, estando esta a cargo da Câmara Municipal, estando-se a diligenciar no sentido da mesma o poder fazer, mas isso teria que ser por uma adjudicação porque não estava no contrato com a ERSUC . Relativamente à questão do senhor deputado Eugénio Leigo, o senhor Vice Presidente confirmou a visita do senhor Ministro do Ambiente Engenheiro Sócrates ao Concelho de Mira, focando que apesar do mesmo vir cá também pela localização do campo de golfe, a Barrinha era um dos pontos prioritários desta visita, tendo sido desenvolvidos esforços de há uns anos a este parte, com o Ministério do Ambiente, para que não só a Barrinha como também todo o mini sistema hídrico do Concelho fosse visto nomeadamente, agora com estas intempéries houve rupturas de valas de açudes, etc. precisando-se de uma intervenção bastante séria em todo este mini sistema hídrico das valas, da lagoa e da barrinha. Houve conhecimento, através do Senhor Governador Civil, há relativamente pouco tempo, que o Senhor Ministro do Ambiente deu ordens à Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, para que elaborasse um projecto de intervenção na barrinha e, segundo parece, lhe deu um prazo de seis meses para elaborar esse projecto, portanto, esperava-se, disse, que esta intervenção fosse o mais rápido possível. Relativamente aos assuntos expostos pelo senhor deputado Gabriel Pinho, foi respondido pelo senhor Vice-presidente que o boletim municipal, normalmente vinha numerado, pelo menos vinha o ano e o mês a que se reportava, não seria propriamente uma numeração mas pelo menos indicava o mês em que era publicado. Quanto à fotografia, disse, poderia eventualmente haver alguma troca, agradecendo esses reparos, porque às vezes ou por má execução, ou até por engano muitas vezes da tipografia, que já não era a primeira vez que acontecia, existirem essas trocas. Disse ainda, que, relativamente aos postes de luz, eram pedidos constantemente, e estava-se a fazer um levantamento mais generalizado, agradecendo, que o senhor Presidente da Junta enviasse uma planta onde fossem localizados os pontos para evitar enganos por parte da EDP, que por vezes não dava com os locais. Quanto aos muros foi dada indicação ao Senhor Engenheiro Rui, esperando que o problema fosse resolvido porque realmente se trata de um problema que se vem colocando há algum tempo. Relativamente às manilhas, disse que houve uma intervenção; que se aguardava o resultado de várias diligências efectuadas pela Câmara até porque tinha sido feito um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

levantamento de todos os estragos e prejuízos que houve com as cheias e com esta intempérie que nos assolou durante estes últimos meses, tendo sido enviada uma listagem para a protecção civil, esperando-se que venha alguma verba para estas questões, mas não acreditando muito nisso, de qualquer forma também havia o novo programa especial, criado através de um decreto-lei que foi recentemente publicado e ao abrigo do qual a Câmara aprovou algumas obras e empreitadas. De facto a intervenção em vários pontos do Concelho, algumas grandes e com verbas bastante elevadas, obrigando, se calhar, a recorrer mesmo aos juros bonificados no âmbito desse decreto-lei, e portanto nesta parte que foi referida pelo Senhor Presidente da Junta, está previsto fazer o esgoto fluvial, a lancilagem e passeios, estando portanto incluídas estas obras todas e esperando-se que o levantamento dos prejuízos fossem efectuados o mais breve possível. Foram feitos alguns reparos dos quais o engenheiro Rui, que se encontrava presente, tomou nota, entre os quais o empreiteiro teria que fazer a reposição da pedra o mais rápido possível nomeadamente na questão da pedra, verificar se a colocação da mesma está a ser bem feita assim como também da massa asfáltica. Relativamente à mudança da placa, foi dito pelo Senhor Vice-Presidente que, o Senhor Engenheiro irá ver dessa possibilidade, não havendo à partida, grandes problemas acerca disso. Quanto à carta do sindicato e às escolas, disse que já se tinha pronunciado em duas ou três entrevistas relativamente a este assunto. Todo este levantamento feito pelo sindicato já tinha sido feito pelos serviços e nomeadamente até pelo agrupamento de escolas, tendo sido feitas algumas reuniões sobre esse assunto. Infelizmente, não se podia acudir a tudo ao mesmo tempo, de qualquer forma o levantamento que existia na maior parte coincidia com o levantamento que foi feito e nomeadamente com as reuniões tidas com o Concelho Executivo do Agrupamento de Escolas de Mira, e, alguns dos pontos focados até já estão resolvidos. Nomeadamente na questão de equipamento, continuou, foi gasta para aquisição de material didáctico para as escolas do primeiro ciclo uma verba de quinhentos mil escudos, e para a aquisição de material desportivo também para as escolas do primeiro ciclo foi gasta uma verba de trezentos mil escudos; que quanto às obras de reparação ainda há bem pouco tempo tinha falado com a Senhora Arquitecta, precisamente pela questão do Corticeiro, nomeadamente a questão do muro que estava a cair; quanto à questão das águas disse que esperava-se que fossem resolvidas mas não seria a curto prazo A



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

questão do abastecimento de água seria feita através de abastecimento público e deixariam de existir os furos, como era o caso da escola do Corticeiro e de outras escolas, portanto estava-se a tentar resolver a situação. Estava-se também a aguardar uma reunião com o Concelho Executivo do Agrupamento para verificar, não seria o caso do Corticeiro, mas no Concelho de Mira existiam talvez três escolas do primeiro ciclo em riscos de fechar, não havendo interesse em investir em escolas que possivelmente iriam fechar a curto prazo, as outras escolas viriam a seguir. Há o caso em que houve a tentativa, com a ajuda e o querer da Junta do Seixo, renovar o edifício das Cabeças Verdes que tendo quatro salas só estava uma a funcionar, pelo que seria muito melhor transferir todo o primeiro ciclo para as Cabeças Verdes, fazendo-se o aproveitamento da outra escola do Seixo para um estabelecimento de educação pré-escolar, apesar de existir a obra de promoção social, mas tínhamos também um serviço público na freguesia do Seixo. Relativamente aos abrigos, foi dada a informação de que os mesmos já estavam encomendados, um pouco até antes desta discussão, só que demoram a vir. -----

----- Seguidamente foi perguntado pelo Senhor Presidente da Assembleia ao Senhor Deputado Gabriel Pinho se não tinha ficado completamente esclarecido sobre alguma coisa, ao que o mesmo respondeu que não, que tinha havido uma questão sobre o boletim que lhe tinha ficado para trás assim como sobre a fonte da Calvela, ao que lhe foi respondido pelo Senhor Presidente que teria que se inscrever de novo uma vez que não era obrigatório colocar todas as questões de uma só vez. -----

----- Foi solicitada, de seguida a intervenção do senhor deputado José Manuel Fernandes Balugas, que referiu alguns assuntos que considerou estar na altura de serem debatidos e que embora alguns deles parecessem ser uma crítica ao Executivo, como traziam sempre implícita uma solução, portanto seriam uma crítica pela positiva. O referido deputado começou por felicitar a Câmara pela inauguração do Tribunal o que considerou uma mais valia para o Concelho, por outro lado deixou uma crítica à protecção civil pelo trabalho executado. Os assuntos trazidos à discussão na sua maioria estavam relacionados com o Verão, pensando ser esta a melhor altura para os tratar, que sendo tratados atempadamente iriam causar menos problemas no Verão. A maior parte deles estava relacionada com a Praia de Mira, disse, passando a enumerar alguns deles como sendo as carpas mortas nos viveiros, a água



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estava podre, completamente inquinada, com uma cor prateada, as próprias algas estavam mortas e deitavam um cheiro nauseabundo que com o calor do Verão se tornava insuportável. Propôs, de seguida, que arrasassem aquela área, e disse que relativamente a este assunto houve quem tivesse proposto para aquela zona um parque de estacionamento, sendo o mesmo contra essa proposta, no entanto achava que poderiam optar a médio prazo, por fazer do outro lado da estrada, uns aquários dignos, de forma a que as pessoas que visitam esta zona pudessem ver alguma coisa que realmente tivesse interesse. Ainda relacionado com o Verão falou do abandono de cães, que antigamente habitavam mais à volta das lixeiras à espera de alimentos, neste momento, como felizmente já não há lixeiras, os cães que são abandonados ficam na Praia, representando perigos para a saúde pública, perguntando se a Câmara não tinha um plano para tratar esses animais para os meter num canil municipal. Referiu ainda outros assuntos que achava demasiado importantes para o desenvolvimento da Praia e para uma melhor qualidade de vida, tal como o estacionamento pagável na avenida que ia levar a uma pressão de procura de estacionamentos na baixa o que ia dificultar o estacionamento para os residentes, propondo o referido deputado que se fizessem estacionamentos para residentes pagável ou não, e isto tem a ver também com a avenida, que com o aumento do volume de carros se torna num caos durante o fim de semana, tornando-se o trânsito insuportável, tendo que haver alternativas e soluções. Outro assunto também já referido pelo senhor Eugénio Leigo, que tem a ver com a barrinha, achando o referido deputado que seria bom aproveitar a visita do Senhor Ministro do Ambiente para colocar a questão da limpeza, mas também propondo à Câmara que pense no assunto da construção de uma piscina na Praia. Finalmente e ainda relativamente ao circuito que com as cheias ficou bastante danificado, não sendo culpa de ninguém, mas há alguns sítios que estão muito perigosos, sendo necessário minimizar a situação, disse.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia informa não poder aceitar mais inscrições, sendo a última a do senhor deputado Narciso Patrão António, solicitando posteriormente a intervenção do senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro -----

----- O deputado Luís Carlos Domingues Balseiro apresentou quatro questões que, segundo ele, seriam de fácil resolução. A primeira foi a solicitação à Câmara de um relatório de contas das festas de S. Tomé



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de dois mil, a outra questão foi a confirmação da construção de um busto ao padre Horácio e se estava prevista alguma homenagem, de seguida questionou para quando a instalação do Conselho Local de Educação, bem como, para quando a atribuição do subsídio de limpezas de expediente às escolas, que já vai fazendo falta, por último, o referido deputado questionou sobre um dossier que a JSD enviou à Câmara relacionado com política de juventude, gostando de saber que conclusões é que foram tiradas deste relatório.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário que pediu um esclarecimento, em virtude de não ter estado presente na última assembleia, sobre a temática então abordada que se prendia com o financiamento a médio e longo prazo dos trezentos mil contos, tendo o Senhor Presidente da Assembleia pedido autorização para o interromper e esclarecer que lhe tinha sido comunicado que o financiamento teve o visto do Tribunal de Contas que achou que estava tudo de acordo com as boas regras, pelo que obteve o visto formal de que estava tudo bem, dando novamente a palavra ao senhor deputado supracitado, informando o mesmo que a pertinência da questão não se prendia concretamente com isso, porque se estivesse presente teria votado também favoravelmente, apenas seria uma questão de rigor havendo um assunto sobre o qual o mesmo queria esclarecer, ou seja, que segundo a lei das Finanças Locais, financiamentos a médio e longo prazo teriam que ser aprovados pela Assembleia Municipal. Continuou esclarecendo que foi também adiantado nessa Assembleia que havia a Luso Factoring que teria ficado com os créditos duma empresa Ramos Catarino S.A, e em termos de responsabilidade de riscos do Banco de Portugal, disse, quer um processo seja de empréstimo a médio e longo prazo quer seja factoring, funciona tudo como crédito; o único esclarecimento solicitado é se esta situação do Factoring que é de vinte e quatro meses, ou seja, é a médio e longo prazo, não carecia também de uma autorização prévia da Assembleia Municipal. Aproveitou também para solicitar um esclarecimento sobre se a verba dos cento e oito contos não estaria também consagrada no volume global dos trezentos mil contos, questionando ainda se não está a ser muito claro para que está o dinheiro a ser orçamentado. A segunda questão colocada foi para frisar alguns assuntos já mencionados pelo senhor deputado José Balugas, nomeadamente para referir que além da parte do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

circuito pedonal estar interrompido por queda de árvores, há também uma situação que foi alertada que é muito importante, que é o trânsito da avenida, sendo de pensar, a seu ver, no alargamento da avenida a norte, e de equacionar aí uma intervenção de fundo porque se na época morta já se torna complicado estacionar então na época alta haverá mais dificuldade. -----

----- Tomou novamente a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para esclarecer sobre a primeira questão do senhor deputado Juan Apolinário, a aprovação da autorização para concessão de empréstimo foi dada à Câmara Municipal e ficou claro que não estava envolvida nenhuma operação de créditos ou de factoring, o que a Assembleia fez, foi dizer à Câmara Municipal que podia contrair um empréstimo de trezentos mil contos, foi o que foi aprovado, tendo aparecido nessa discussão um papel que haveria uma operação qualquer interna da própria Câmara e do Executivo sobre garantia de créditos a outros, o que não prejudicaria em nada a concessão de empréstimo; se, para além destes trezentos mil contos foi concedido e foi aprovado pelo Tribunal de Contas, há alguma operação de factoring por parte do Executivo da Câmara Municipal, a Assembleia não se pronunciou sobre o assunto, será uma questão interna do próprio Executivo, se essa eventual operação está ou não legal, disse o Senhor Presidente, que não sabia, que não tinha sido analisada ali, nem discutida, aceitando no entanto que durante a discussão surgiu essa dúvida mas tendo sido imediatamente rejeitada por si porque não tinha nada a ver. A Assembleia autorizou a Câmara Municipal a contrair um empréstimo de trezentos mil contos, disse, e deu o assunto por encerrado. -----

E, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por terminada a sua intervenção passou a palavra ao senhor deputado Juan António que citando palavras do mesmo, que disse “que os trezentos mil contos era um financiamento e que estava devidamente aprovado pelo Tribunal de Contas dos quais cento e vinte mil contos se destinavam à piscina municipal”, questionou se de facto existia ou não essa operação de factoring e se a piscina municipal iria precisar de cento e vinte mil mais os cento e oito mil. -

De novo, interveio o Senhor Presidente da Assembleia que esclareceu que cada vez que é apresentado um pedido de financiamento à Assembleia Municipal tem que vir claramente explícito onde vai ser aplicado, havendo um documento da Câmara Municipal que foi distribuído a todas as pessoas que dizia que seriam



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cento e vinte mil contos desses trezentos mil, que seriam aplicados na piscina municipal, para além disto nada mais foi decidido na referida Assembleia.-----

----- De seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Vice Presidente que frisou que além de os pontos serem diversos e muito extensos iria tentar responder a todos eles. Relativamente ao Tribunal e concordando que o pessoal estaria de parabéns, manifestou-se que era uma infra estrutura que foi conseguida e que contribuía para o desenvolvimento deste Concelho, que já fazia falta e que felizmente já estava a funcionar, evitando os transtornos de deslocação dos munícipes a Vagos para tratar de assuntos ligados à justiça. Falando de seguida da protecção civil, disse que as críticas seriam relacionadas, ou então não teria percebido, com algumas obras de reparação ou de reconstituição dos danos causados pelas intempéries, sendo evidente que a protecção civil fez os seus levantamentos, e que agora a Câmara ia tentar repor tudo isso. Do levantamento feito pode-se precisar que os prejuízos rondam os cento e quarenta mil contos, que não há cabimento orçamental para muitas destas obras e daí ter-se-á de recorrer aos normativos recentemente aprovados pelo governo, estando os prejuízos a ser minimizados e, só para lembrar, nomeadamente, na questão da pista estão avaliados os prejuízos em mil e setecentos contos. Têm portanto que se fazer as adjudicações e recorrer-se a concursos para repor tudo isto. Quanto à questão das árvores, na pista, estamos a articular com a Direcção Regional de Agricultura para que se proceda a concurso para a retirada das árvores. Relativamente aos viveiros era complicado porque os viveiros pertenciam à Direcção Regional de Agricultura, o que se poderia fazer, seria alertar, chamar a atenção do que se passava, porque a gestão passa por aquela entidade, aliás, chegou a haver projectos em que houve concordância na altura, que seriam uns tanques menores, para fazer o tal aquário em que houvesse espécies já que não há reprodução, tendo sido já ultrapassado. Referiu que não tendo sido feito o projecto inicial, mas mantendo a Direcção Regional de Agricultura uma certa limpeza, o que parece que depois das cheias ainda não foi feito, mas o que nos competia era tentar que recuperassem o melhor possível, que fizessem circular a água para que não tivesse esses indicadores que foram falados, mas isto são questões da gestão e da competência da Direcção Regional de Agricultura, assim como também os terrenos para estacionamento ou para viveiros seriam eles quem teria uma palavra a dizer. Quanto aos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

cães vadios, referiu que era um problema que não seria só da Praia, embora fosse aí onde existiam mais, havendo portanto um problema no Concelho, esclarecendo que a Direcção Regional de Agricultura não desafectou o terreno pretendido para a construção de um canil municipal que era para ser sediado perto do Casal; que a Câmara está a tentar que se construa o referido canil, colocando já a hipótese de, não havendo outros locais, de o fazer até na ETAR da Lagoa, no entanto, disse, tem sido sempre alertado o veterinário municipal para tentar resolver ou pelo menos minimizar algumas destas questões. Relativamente ao estacionamento na Praia, recordou o Senhor Vice Presidente, com algumas saudades, o ex-presidente da Junta da Praia de Mira, lembrando uma frase sua que dizia que “Fátima tinha um estacionamento tão grande, tão grande, e no dia treze de Maio não havia espaço para meter os carros todos”, claro que isto não resolveria nada e teriam que se tentar arranjar novas soluções. Na Praia será um pouco isso que acontece, felizmente que a Praia de Mira atrai tantos turistas ao nosso Concelho, e o problema coloca-se porque as pessoas se pudessem levar o carro para a beira mar, levavam-no, os próprios residentes da Praia para se deslocarem numa distância pequena também têm o hábito de levar o carro, o que não ajuda em nada os visitantes. Referiu de seguida que costuma haver uma reunião todos os anos, no início da época balnear, com a GNR, os fiscais municipais, a junta de freguesia, para tentar minimizar estas questões, esclarecendo que a maior parte das vezes o estacionamento junto ao campo de futebol não está superlotado, o que prova que as pessoas querem estar com o carro nos sítios principais, o que provoca alguma dificuldade no trânsito. No entanto e respondendo já ao senhor deputado Juan António, disse que já se tentou e vai-se tentar fazer novamente, embora o Ministério do Ambiente ou a Direcção Geral do Ambiente não permita, arranjar a avenida do lado do norte isso sim, seria uma boa solução, não só pelos lugares de estacionamento que criaria, mas principalmente beneficiaria esteticamente aquela zona que se encontra um pouco degradada, assim como, mas isso já consta no Plano de Urbanização da Praia, criar o prolongamento, não pelo sítio desejado, mas o prolongamento da avenida para o sul indo sair ao lago do mar, por trás da GNR. Disse que quanto ao facto de estarem carros estacionados quinze dias seguidos no mesmo local, tinham que se alertar as autoridades para que actuassem no sentido de evitar essas situações. Falou ainda do problema dos residentes, que com a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

presença dos turistas, corriam sempre o risco de, ao tirarem o carro de determinado estacionamento, este ser ocupado por outra pessoa, mas estes eram os males do desenvolvimento. Justificando que isto não era desculpa, referiu que tinha que se pensar em situações alternativas, e que, se calhar, parques de estacionamento na periferia não iriam resolver a situação, sendo um assunto delicado que devia ser pensado e tentarem-se arranjar soluções. Relativamente à barrinha, disse o mesmo, que aproveitando a visita do Sr. Ministro do Ambiente, se ia tentar realçar a importância dada à mesma, e, todo o aproveitamento que ela podia ter, nomeadamente de lazer e desportos náuticos e prolongar até a própria época balnear que estava cada vez mais limitada pela componente sol/praias. Concluiu dizendo que o que se pretendia era o aproveitamento destas infra estruturas naturais, barrinha, floresta, pista, e outros centros de animação que estavam planeadas, com o intuito de captar cada vez mais as pessoas mesmo fora da época balnear. Esperava que com esta intervenção, a barrinha pudesse vir a ser novamente palco de actividades diversas, o que não implicava que não se fizessem as tais infra estruturas de animação turística como por exemplo a piscina. Referiu ainda que, era um facto que havia prioridades, os orçamentos como se via (e muitas vezes o Executivo é acusado de grande empolamento dos orçamentos), não chegavam para fazer tudo de uma vez, tendo de se actuar com calma, projectando o futuro, programando-o devidamente, tentando chegar a essas infra estruturas necessárias para o desenvolvimento do concelho. Sobre o pedido formulado pelo senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro, (relatório de contas das festas de S. Tomé), ia transmitir ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, esperando que na próxima reunião estivesse em condições de lhe ser entregue. Relativamente à construção do busto do Padre Horácio disse que se estava a pensar de facto nisso, não sabendo se já tinha ido ao Executivo ou não, mas estava a ser programada uma homenagem ao referido sacerdote. Quanto ao Conselho Local de Educação, informou o Senhor Vice Presidente, que o mesmo já tinha sido aprovado pelo Executivo, ou melhor foram dados poderes ao Sr. Presidente da Câmara, e através de alguns membros, estava-se a tentar ver quais os parceiros a convidar para formalizar o supracitado Conselho. No que respeita aos subsídios de limpeza à escola, pensa que já levou o assunto ao Executivo no início do ano lectivo, e, que deveriam estar a ser pagos pelo menos a partir de Janeiro, portanto os Srs.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Directores de Escola podiam dirigir-se à Câmara para levantar os respectivos cheques. Relativamente ao dossier da Juventude Social Democrata, manifestou a sua ignorância e desconhecimento do mesmo, que não lhe tinha chegado às mãos até ao momento, não podendo manifestar-se sobre ele. Disse, sobre o assunto do empréstimo, que pensava que o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário estava esclarecido e que a sua pergunta deveria incidir mais sobre o factoring nomeadamente à empresa Ramos Catarino. Que foi tudo visto, foi tudo feito como gestão do próprio Executivo, foi questionado e visto também, (solicitando ao Dr. Paulino Martins que o emendasse se necessário), que não havia necessidade de aprovação por parte da Assembleia Municipal para estas operações, que era uma questão de pagamentos e de gestão corrente do executivo. Disse que pensava que as outras questões já haviam sido respondidas. -----

----- De seguida, com a devida autorização, usou a palavra o Dr. Paulino Martins que esclareceu que não tinha havido nenhum factoring. Foi um assunto que esteve a ser debatido a nível interno dos Serviços, mas depois aquilo que foi efectivamente decidido, foi não avançar com esse instrumento financeiro, mas, reconhecer perante a entidade bancária, a existência da dívida por parte da Câmara. O problema financeiro foi resolvido entre banco e firma.-----

----- De seguida o Senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado José Manuel Fernandes Balugas que pediu esclarecimentos sobre alguns assuntos abordados, relativamente à avenida, referiu que, já existia alguma evolução, o que era muito bom. Relativamente ao estacionamento, disse que nunca se tinha ponderado a hipótese de criar um estacionamento para residentes, estando ele neste momento a fazer essa proposta, não tendo ficado esclarecido quanto á posição do senhor vereador Agostinho Neves da Silva. Por outro lado achava que havia abertura (e que sempre tinha havido) por parte do mesmo, para estes problemas todos, questionando se haveria essa abertura também por parte do Senhor Presidente da Câmara e que por isso iria abordar este assunto numa nova Assembleia. Quanto aos viveiros disse que, aquilo não tinha solução.-----

----- Houve de seguida uma intervenção por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo ao senhor deputado José Balugas, que se já tinha feito a sua intervenção e se não se considerava



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

esclarecido que fizesse a pergunta. Ao que o mesmo respondeu que não se considerava esclarecido e que o senhor vereador Agostinho tinha dito que ia providenciar no sentido de que as águas fossem renovadas ,e, repetiu que aquilo não tinha solução.-----

Houve de novo uma intervenção do Senhor Presidente que explicou ao Sr. Deputado José Balugas que “o direito de resposta envolve que as questões que não foram esclarecidas sejam objectivamente questionadas”, não podendo ser uma nova intervenção, tendo autorizado o mesmo a continuar. -----

----- O senhor deputado José Balugas voltou a repetir, que não podia ficar a ideia de que, renovando a água nos viveiros se resolveria o problema, o que não resolvia, a água estava inquinada nesta altura, e se não tivessem ocorrido as cheias ainda estaria pior, não havendo solução nenhuma, e deu por terminada a sua intervenção. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu o direito de resposta também ao senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário que não tendo ficado esclarecido questionou, sobre as palavras do Dr. Paulino Martins, sobre a existência da dívida dos cento e sete mil contos. -----

----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente para esclarecer que a dívida existia, simplesmente a forma de a pagar é que seria diferente tendo-se achado que era mais favorável à Câmara, esta forma de pagamento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interferiu para dizer que, havia ali uma tentativa de “embrulhar isto” que não percebia porque é que a discussão ali vinha, e, pediu ao Senhor Vice-Presidente que o ajudasse a tentar esclarecer se aquilo que ia dizer era verdade ou não, de modo a que não ficassem dúvidas na Assembleia. Tentando resumir aquilo que foi discutido na última questão, parecia claro para todos, que a referida Assembleia autorizou um empréstimo de trezentos mil contos, que foi concedido, sobre isso não havia dúvidas. Durante a discussão desse assunto, apareceu um documento em que se punha em questão se para além do referido montante, haveria um compromisso da Câmara através de uma operação financeira qualquer que iria para além desses trezentos mil. Esse facto nunca foi discutido na referida Assembleia. Quanto à pergunta do senhor deputado Juan António, e para que ficasse sem dúvidas, era muito claro, o empréstimo existia, a dívida à empresa Ramos Catarino ia ser paga recorrendo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

a cento e vinte mil contos deste empréstimo, questionou de seguida se, para além disto havia mais algum esclarecimento de interesse, e se existia alguma operação de factoring que tivesse sido feita pela Câmara Municipal. -----

----- Foi respondido pelo Senhor Vice-Presidente que não, que existia um factoring feito pela empresa, mediante o reconhecimento de dívida por parte Câmara que se comprometeu a pagar em tranches, o que lhe sai mais em conta. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu então que, existia o reconhecimento por parte da Câmara, de uma dívida que iria ser paga à empresa Ramos Catarino, e que não existia nenhuma operação de factoring que tenha sido feita com a Câmara Municipal. -----

----- Interveio de novo o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário para dizer que estava esclarecido, e que o instrumento financeiro só podia ser feito da maneira como o fora, que a Câmara nunca o poderia fazer. Solicitou, ainda que lhe fosse fornecida a lei 42/98 (Lei das Finanças Locais) que queria consultar pormenorizadamente. -----

----- O Senhor Presidente solicitou que fossem fornecidas ao senhor deputado Juan António, fotocópias da supracitada lei, e, de seguida devolveu a palavra ao senhor Vice-Presidente que, disse que não podia responder pela posição do Senhor Presidente da Câmara. Que em representação do Executivo e sobre algumas questões colocadas pelo mesmo, e propostas que pudessem existir, muitas vezes dava a sua opinião, para se tentar resolver da melhor forma os problemas do concelho. E, nesse sentido a questão do estacionamento para residentes pensava ser um pouco complicada. Não se ia definir estacionamento para residentes porque surgiam nomeadamente questões, como já foram colocadas, de residenciais que se queriam construir e que não tinham espaço para os estacionamentos a que são obrigadas a ter e pediam-nos no domínio público, pretensões essas que não podiam ser deferidas. Os pedidos de residentes que no momento estavam a ser atendidos referiam-se só a deficientes. Informou, ainda, que se iam tentar alargar os estacionamentos, para que dessem para mais pessoas, e, tentar que todos os prédios, agora em construção (e é isso que se está a fazer), já tivessem garagens, para que se libertasse a via pública. Isto como medida imediata, de futuro, teria que se pensar nos tais estacionamentos periféricos, que também já



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinha sido pensado, mas tinha que se estudar se economicamente seria viável, a questão de utilização de transportes alternativos para que as pessoas que deixassem as suas viaturas fossem transportadas para a Praia. Disse também que, não querendo repetir-se, mas que relativamente aos viveiros, o que poderia ser feito era pressionar a Direcção Regional de Agricultura, uma vez que a gestão era daquele organismo. Que pensava que, até para bem da Praia de Mira, os mesmos podiam ser recuperáveis, achando preferível estarem lá os viveiros a funcionar do que estar-se a fazer um aterro para um relvado ou um parque de estacionamento, o que, em seu entender seria bem pior. -----

----- Tomou novamente a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia, e, pedindo desculpa e sabendo que estava numa posição antipática, mas que, havendo ainda três inscrições e que ia já um quarto de hora depois da hora regulamentar para as intervenções de antes da hora do dia, deu a palavra ao senhor deputado Pedro Nunes.-----

----- Este, disse que, ia ser breve devido ao adiantado da hora, e que ia pôr três questões. Na primeira, pediu aos senhores deputados que se situassem, em breve, no primeiro parágrafo da página trinta e dois da última acta, para dizer apenas que quando levantou o problema, na última Assembleia, o PSD estava com razão, porque de facto os trezentos mil contos de empréstimo eram insuficientes, e, a resposta não lhes tinha sido dada por não ser oportuna, pensando estarem agora, esclarecidos quanto a este situação. Apenas um parênteses para referir que o tal documento a que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez referência, era uma informação que estava assinada pelo Dr. Paulino Martins e que o mesmo teve ocasião de mostrar nessa Assembleia. Informou que, estavam perfeitamente esclarecidos, isto foi apenas para provar que quando a sua pergunta foi posta naquela altura, tinha a sua razão de ser, e daí, exactamente as respostas dadas hoje, ao encontro da sua dúvida. Falou de outras duas questões, uma prendia-se com a situação dos imensos acidentes ocorridos no limite do concelho, na Gafanha do Areão, portanto onde o concelho acaba, sendo os últimos contra duas casas, uma delas habitada por uma família carenciada, por sorte foi durante o dia e não estava lá ninguém, a outra era propriedade sua. Disse que já foi sugerido por si, que talvez a solução fosse a existência de bandas sonoras e a continuação das guias indicadoras até ao final do nosso concelho, solicitando aos técnicos que tomassem isso em consideração.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Outra prendia-se com a situação das cheias que fizeram muitos prejuízos, a Barra não foi excepção, a Junta interveio naquilo que pôde. Haviam três pontos críticos nesta localidade, nomeadamente as Escolas, que aí, não podia ter sido feito mais do que aquilo que foi, mas dois deles onde a água correu por dentro das casas, pensava que, podia ser feito um trabalho simples e que talvez solucionasse. Um deles era a norte do café Estrela do Mar, onde a Junta desobstruiu uma manilha, solicitando que o buraco fosse tapado, sugeriu que quando fosse feita essa reparação e porque uma outra zona crítica era junto ao café Sem Nome, onde o mesmo tinha um terreno, havendo aí um aqueduto que tinha sido danificado aquando da colocação das condutas de água, tinham a sua permissão, para proceder à desobstrução de modo a que as famílias que viviam ali próximo não tivessem problemas com a água, permitindo a passagem da água pelos seus terrenos. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho que referiu ainda que, quanto ao boletim municipal, e por se haver esquecido na altura, via muitas fotografias umas trocadas outras por trocar, e também via três fontes mas gostava de ver quatro que eram as que tinham sido reconstruídas no concelho ao mesmo tempo, faltando a do Corticeiro de Baixo, frisando ainda que, como a Câmara só tinha pedido as facturas para ajudar a pagar e como até hoje não tinha pago tinha tido vergonha de a meter. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado Narciso Patrão António, após a autorização do Senhor Presidente da referida Assembleia, e referiu que ia ser muito rápido, porque se cada um demorasse tanto tempo como alguns fizeram, com certeza que nem daí a duas horas tinham chegado ao fim da ordem do dia. E, dirigindo-se aos responsáveis pelos serviços, disse que já tinha falado sobre este assunto e solicitou aos mesmos que tomassem nota. Uma das situações era que na Rua Raul Brandão quando chovia, ali continuava a ser uma lagoa e que os carros ao passarem molhavam as pessoas, esperava que no próximo Inverno o problema estivesse solucionado talvez metendo ali uma grelha para escoamento das águas. Também chamou a atenção para outro facto, que foi a falta de abastecimento de água durante as cheias o que causou transtorno a toda a gente, parecendo-lhe ser agora oportuno, e se fosse viável, pensar numa eventual elevação das bombas de modo a evitar estes contratempos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vice Presidente para responder às questões colocadas pelos senhores deputados, tendo dito, nomeadamente, que tinham sido detectados vários casos com estas intempéries e que, quando chovia, algumas zonas tinham alguns problemas, como o senhor deputado Narciso Patrão tinha focado, e pensava que isso ia ser reparado nomeadamente com umas sarjetas para recolha das águas pluviais, tentando assim resolver o problema. Quanto ao último ponto que se referia ao abastecimento de água, aquilo que o deputado supracitado falou, de facto, já estava a ser feito. Tinham sido vistos os maiores níveis que a água atingiu nos depósitos e já estavam a ser recolocadas e levantadas todas as bombas para que em casos futuros não houvesse esses cortes de água .-----

----- Encerrado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, entrou-se, de imediato no **“PERÍODO DA ORDEM DO DIA”**:-----

----- **Ponto n.º 1 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA**:-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Vice-Presidente que usasse da palavra. Este começou pela apresentação do resumo diário da Tesouraria relativamente ao dia vinte e seis, em que nas operações orçamentais tinham um saldo de setenta e dois milhões quatrocentos e sessenta e um mil cento e noventa e oito escudos e noventa centavos. Relativamente aos relatórios, estavam lá as obras que vinham sendo executadas desde a última Assembleia Municipal, e, uma vez que os senhores deputados tinham as cópias, assim como também da Divisão Socio-Cultural e Desportiva, o mesmo não os ia ler, mas estava à disposição para algum eventual esclarecimento.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que pediu dois esclarecimentos sobre o relatório da Divisão de Obras Municipais, um na página cinco “ a engenharia civil tem projecto de águas e esgotos para a Escola da Lentisqueira”, diz que, estando lá a dar aulas, ser isto uma novidade para ele, questionando o que se estava a fazer relativamente a projectos de água e esgotos. Na página nove, também na localidade de Lentisqueira, tem “limpeza da Escola Primária”, perguntando que limpeza foi feita porque não sabia.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- E, não havendo mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente . Este disse que relativamente aos projectos, podia passar a palavra ou então o Sr. Engenheiro que o corrigisse, se necessário, estes eram de facto projectos de águas e de esgotos em elaboração, porque se ia proceder à execução de ampliação do estabelecimento de educação pré-escolar , portanto estes projectos eram relacionados com os projectos para aí. Quanto à limpeza da Escola, pensava que tinha sido o pátio, nomeadamente a questão de limpeza das árvores e do jardim, não podendo precisar se foi da pré ou do primeiro ciclo, mas foi feita limpeza exterior. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal entregou cópia da lei solicitada pelo senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário e de seguida deu por suspensa a sessão por um período de quinze minutos, eram dezassete horas. -----

----- A sessão foi reatada eram dezassete horas e trinta minutos com a ausência temporária do senhor deputado Luís Manuel Neves Rocha e a título definitivo do senhor deputado Eugénio dos Santos Leigo. --

----- **Ponto n.º 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse ter dado conta dos trâmites do regulamento aos líderes de bancada, tendo feito um contacto exploratório, antes do envio do documento, para acertar alguns procedimentos, com o senhor deputado Jorge Manuel Mesquita Rua, na qualidade de líder de bancada do Partido Social Democrata, o qual, infelizmente, não se encontrava presente. Informou que este Regulamento Municipal de Segurança tinha uma característica diferente de todos os outros regulamentos, que normalmente são aprovados na Câmara Municipal e solicitada a ratificação pela Assembleia Municipal. Este, por alguma razão, não era assim. A iniciativa da aprovação deste Conselho Municipal de Segurança é dada pela Assembleia Municipal, reconhecendo que este passo já deveria ter sido dado. Tinha informações de que ainda não havia muitas Câmaras Municipais com este Conselho instalado. Sendo da iniciativa da Assembleia Municipal a criação deste órgão, o mesmo é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal e, depois de criado, emite um parecer sobre o regulamento agora em apreciação, pelo que o mesmo será agora aprovado de forma provisória, como regulamento provisório. Após a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

emissão do referido parecer sobre regulamento, o mesmo volta à Assembleia Municipal para aprovação definitiva, ficando aí o órgão definitivamente criado. Que propunha, como “pontapé de saída”, a aprovação deste regulamento. Disse ser um regulamento tipo, enviado pela Associação Nacional de Municípios, julgando que, muito provavelmente, todos os municípios tinham feito o “pontapé de saída” com base neste regulamento, embora não tivesse a certeza disso. Que tinha achado por bem, nesta fase e uma vez que o regulamento poderia eventualmente ser modificado pelas próprias pessoas que o compõem, aprová-lo tal qual como ele está, tal como fora enviado pela Associação Nacional de Municípios. As competências são as competências previstas na lei, não havendo nada de especial. Quanto à composição (artigo 4º), algumas das pessoas que fazem parte deste órgão são-no a título obrigatório, conforme consta da proposta, como seja, por exemplo, o Presidente da Câmara, que preside, o Vereador do Pelouro, no caso de não ser o Presidente a exercê-lo, o Presidente da Assembleia Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia (tendo o concelho de Mira apenas quatro freguesias, considerou que todos os Presidentes de Junta deveriam integrar o órgão) e os representantes que eram seguidamente indicados sobre os quais não havia dúvidas. No que concerne às alíneas j) e k), no que se refere aos responsáveis das associações económicas, patronais e sindicais e os cidadãos de reconhecida idoneidade, o Senhor Presidente da Assembleia disse não ter voluntariamente proposto qualquer cidadão nem nenhum responsável de associações. A sua proposta era no sentido de o regulamento ser aprovado assim e, posteriormente, as pessoas que compõem este órgão, que mencionou, proporem outros nomes para aquando da aprovação definitiva, estando os seus membros provavelmente melhor habilitados a proporem nomes de pessoas conhecedoras da matéria, sendo essa indicação ratificada ou não aquando da aprovação definitiva do regulamento. Que, eventualmente, depois dessa segunda aprovação, se poderia repensar ou adicionar alguns nomes mais. Concluiu propondo que o regulamento fosse aprovado com o presente articulado, nada mais tendo a dizer sobre este assunto. Que não iria pedir à Câmara Municipal que emitisse opinião sobre o mesmo, uma vez que o regulamento, nesta fase, ainda era um assunto da competência da Assembleia Municipal. Solicitou então às bancadas que se pronunciassem sobre a metodologia proposta, se a aceitam ou não. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi dito pelo senhor deputado Pedro Nunes, em nome da bancada do PSD, que não haveria qualquer inconveniente em que o processo fosse levado a efeito conforme era proposto e o regulamento fosse aprovado tal como estava. -----

----- Pelo senhor deputado Carlos Manuel Brites Monteiro, em nome da bancada do PS, foi dito que também concordavam com o que fora proposto. -----

----- E, não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, embora a Ex.ma Câmara estivesse a tomar conhecimento da aprovação do regulamento em causa, solicitou aos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, na pessoa do Dr. Paulino Martins, que fosse feito um ofício em nome da Assembleia Municipal a notificar o Senhor Presidente da Câmara de que fora aprovado este regulamento e de que devia, dentro das suas possibilidades, dar seguimento ao processo nos termos do que fora aprovado. -----

----- Verificou-se o regresso à presente sessão da Assembleia Municipal do senhor deputado Luís Manuel Neves Rocha. -----

----- **Ponto n.º 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO À POSTURA DE TRÂNSITO NA VIA PÚBLICA:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente que, disse aos senhores deputados, que como já tinham tido oportunidade de ver os documentos que tinham sido enviados, a alteração à postura de trânsito na via pública, era fundamentalmente sobre a excessiva utilização das vias municipais, cada vez mais, por carros pesados de grande tonelagem, para evitarem a estrada nacional cento e nove. Estes evitariam a referida estrada, talvez pelos semáforos, pelos limites de velocidade ou até, talvez, pelo mau estado dessa mesma via. Foi facto constatado que, além do prejuízo ao tráfego local, estavam as referidas vias, principalmente aquelas que foram reparadas ou feitas de novo, a ser bastante danificadas por estes carros. As mesmas não estavam preparadas para excessos de tanta carga destes veículos. Portanto, daí, este limite de tonelagem nas vias municipais, evidentemente, com a ressalva de transporte para o concelho ou do concelho, excepto aos residentes que poderiam circular.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Fundamentalmente resumia-se ao seguinte, pensava que os senhores deputados tinham documentação sobre o assunto, que referia que veículos com tonelagem acima de sete toneladas e meia não podiam passar nessas vias. Algumas delas, referindo-se às que mais eram utilizadas, estavam a ficar bastante danificadas com este tráfego de pesados. Informou que se fosse necessário mais algum esclarecimento passaria ao senhor vereador do pelouro, informando ainda, que esta postura foi tomada depois de uma reunião com os Comandantes dos Postos da GNR tanto de Mira como da Praia, para colaborarem nesta postura municipal e saber também qual era a posição deles. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de discussão, e tomou a palavra o senhor deputado Carlos Manuel Brites Monteiro para apresentar a dúvida, se as sete toneladas e meia seria o peso bruto do camião. -----

----- O senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho disse que se fosse o peso bruto do camião seriam as carrinhas de três mil e quinhentos ou pouco mais, questionando ainda se isto se aplicava só aos não residentes na área. Frisou o mesmo que na estrada dos Carapelhos já existem placas de sinalização há muitos anos e que não são respeitadas, não sabendo se estaria aprovado ou não, concluindo que esta seria uma boa medida. -----

----- Foi dito pelo senhor deputado Pedro Nunes que esta medida já deveria estar em vigor, recordando o agravamento da estrada que vai desde o Manequim até ao final do concelho e que funciona quase como uma espécie de IP5. A referida estrada começa já a acusar os efeitos deste excesso de tonelagem, pelo que, os responsáveis pela fiscalização não deviam ter a mão leve, aquando da sua actuação. -----

----- Seguiram-se intervenções dos senhores deputados Narciso Patrão António, Manuel Aveiro e Gabriel Pinho no sentido de ser fixado o limite de tonelagem por ventura superior. -----

----- O Senhor Vice-Presidente usou da palavra para responder às questões colocadas tendo dito que os residentes e aqueles que fazem o transporte de material a ser utilizado no concelho de Mira podem transitar. Que o problema residia no outro trânsito. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para prestar alguns esclarecimentos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho usou da palavra para tecer algumas considerações, mencionando o que se verificava nas estradas de Ílhavo e da Costa Nova. -----

----- Interveio o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário para referir que não dispunham de toda a informação necessária à apreciação do presente ponto designadamente, faltava carta com indicação da sinalização. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira mencionou algumas situações a rever nomeadamente, no que concerne ao estacionamento no centro das localidades. -----

----- O senhor deputado Carlos Monteiro usou da palavra para indagar como se poderia distinguir o trânsito local ou com destino ao concelho de Mira do demais. -----

----- O Senhor Vice-Presidente interveio para responder às questões colocadas pelos senhores deputados.

----- E, não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto n.º 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MIRA À “ASSOCIAÇÃO BEIRA ATLÂNTICO PARQUE” E DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS:**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por dar a palavra ao Senhor Vice Presidente, o qual, pediu autorização para que fosse o senhor vereador Carlos Manuel Simões Caiado a falar, uma vez que, o mesmo tem estado mais ligado ao assunto supracitado, tendo tido algumas reuniões com alguns responsáveis desta associação, podia dar melhor esclarecimento. -----

----- Disse, então, o senhor vereador acima referido, tratar-se de um projecto de desenvolvimento de um parque tecnológico, em toda a região litoral centro. Era um projecto que tinha como ambição, criar instituições ligadas ao ensino, à investigação, à inovação, criando sinergias locais, neste aspecto uma sinergia regional. Este projecto ia criar, conseqüentemente, maior emprego e maior actividade e dinamismo na própria região. Tinha esta Associação já vários associados, tais como, a Câmara Municipal de Cantanhede, a Associação dos Elementos Local e Regional ADELO, a Caixa de Crédito Agrícola



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Mútuo de Cantanhede, a Associação Empresarial de Cantanhede, a Escola Técnico Profissional de Cantanhede, a Universidade de Aveiro, a Associação Nacional de Empresários. Estava proposta, também, (era o que se estava a propor hoje), a associação das Câmaras Municipais de Mira, da Mealhada, de Oliveira do Bairro, e de Vagos e também a Adega Cooperativa de Cantanhede, podendo, ainda, ter um leque mais abrangente a outros concelhos da região. Os alvos preferenciais para a criação dessa inovação, eram os sectores da Internet, do Software, da Multimédia, das Telecomunicações, da Telemática, da Química Fina, Biotecnologia, Biomedicina, Genética, Óptica, Indústrias da Cultura, Ambiente, Energia, Automação e Design. Disse ainda que, era um projecto a desenvolver até dois mil e seis, sendo faseado, uma parte até dois mil e quatro e outra parte até dois mil e seis aproveitando, portanto, as verbas do terceiro quadro comunitário de apoio para esta implementação. -----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenções. -----

----- Interveio o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário, questionando se os associados inicialmente mencionados eram “associados fundadores” e se a Câmara Municipal de Mira estava ou não incluída nesses “associados fundadores”.-----

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente passou a palavra ao senhor vereador Carlos Manuel Simões Caiado, que esclareceu que, conforme o Estatuto (não conseguindo no momento localizar o artigo), a Câmara Municipal de Mira, não seria considerado associado fundador, podendo ser, na primeira Assembleia Geral, proposto como sócio fundador. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que se passasse à votação e, se não houvesse objecção por parte da Assembleia, far-se-ia a votação, não só da adesão de Mira à referida Associação como também dos respectivos estatutos. Disse, ainda, que os senhores deputados tinham em seu poder duas deliberações de Câmara, sendo a primeira de vinte e seis de Setembro e a segunda de três de Dezembro, que falavam da adesão do Município à Associação Beira Atlântico, bem como a aprovação dos respectivos estatutos, indo proceder, portanto, à votação em conjunto da adesão e dos estatutos. -----

----- E, não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Ponto n.º 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E RESPECTIVO QUADRO DE PESSOAL:-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra à Ex.ma Câmara, que na pessoa do Senhor Vice Presidente, disse que, já há algum tempo vinham a elaborar esta alteração ao quadro de pessoal actual. Passava, fundamentalmente, por criação de novas vagas, que havia necessidade de criar, algumas até pela promoção dos próprios funcionários, senão não tinham hipóteses de promoção na carreira e, outros até por força de lei, que tiveram que ser criados. Lembrou, nomeadamente, a questão do parque desportivo, que precisava de técnicos para a sua gestão. Também salientou os novos lugares agora das assistentes de acção educativa, também criados, para as então auxiliares de acção educativa, que já estavam no quadro e para as que eventualmente poderiam entrar se tivessem habilitações para tal. Informou ainda, que de uma forma geral, este quadro era mais abrangente, não era um quadro só para a actualidade, portanto visto com algum futuro, o que não queria dizer que, todos os lugares fossem preenchidos de imediato. Pretendeu-se também fazer, realmente, um quadro que respondesse às realidades actuais, mas que também desse alguma perspectiva de futuro. Informou ainda que estava à disposição para algum eventual esclarecimento ou que, passava a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa, com a autorização do Senhor Presidente.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por aberto o período de discussão sobre o assunto.-----

----- De seguida o senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro colocou três questões. O organigrama que foi apresentado, apresentava cinco divisões, questionando o mesmo, quantas novas divisões iam ser criadas (duas ou uma). Depois havia o conseqüente aumento, também por secções, perguntando quantos funcionários novos iam entrar neste quadro, e se iam existir concursos para Chefes e Divisão e Para Chefes de Secção.-----

----- A intervenção seguinte foi a do senhor deputado Luís Manuel Neves Rocha que, um pouco na linha do senhor deputado anterior, pôs a seguinte questão: verificava-se que no quadro havia noventa e quatro



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

novos lugares criados o que significava que não estavam ainda preenchidos, de que forma o iriam ser, se seriam novas admissões, se seriam preenchidos de imediato ou dentro de quanto tempo. -----

----- Interveio de novo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para passar a palavra à Ex.ma Câmara, na pessoa do Senhor Vice Presidente, frisando no entanto, que algumas das perguntas eram importantes.-----

----- O Senhor Vice Presidente esclareceu que, havia a criação de, além de uma divisão nova, também de novas secções. Que os cargos de Chefes de Divisão já não eram ocupados através de nomeação, como eram até há pouco tempo atrás, mas sim por concurso e que já tinha desaparecido o lugar de Chefe de Repartição. Quanto à criação dos novos lugares, disse que, não eram para preencher de imediato, que iam sendo preenchidos à medida das necessidades e da capacidade financeira da própria Autarquia para reorganização dos serviços. Só a título de exemplo referiu que a Divisão Sócio-Cultural, tinha sido criada já há algum tempo e não tinha Chefe de Divisão. Por outro lado, tinham sido criadas determinadas vagas em determinadas categorias profissionais, para possibilitarem a promoção na carreira dos funcionários existentes. Estes, ao serem promovidos, deixavam lugares vagos para novas admissões. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que não tinha ficado esclarecido, apresentando a dúvida, se não estavam a ser criados alguns lugares e talvez alguns serviços para “ um dia qualquer ”, concluindo que se não eram preenchidos na altura era porque de facto não eram necessários. Disse, ainda, que conforme estava no próprio organigrama, “ tinham os órgãos criados os quais seriam instalados de acordo com a conveniência “ , dizendo o referido deputado, “ instalados não se sabe quando e como “. Referiu ainda que, além disto havia um caso que era engraçado, já tinha havido a aprovação de um organigrama do quadro, em mil novecentos noventa e sete, em Junho, que segundo se lembra, fora ano eleitoral e curiosamente em ano eleitoral voltava-se à aprovação de um quadro que ia abarcar novos lugares para novos funcionários, achando, que havia alguma coincidência, perguntando se não seria estar a criar lugares ou “mandar fazer um fato à medida de alguns clientes “ .-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Vice Presidente se teria algo a dizer, ao que o mesmo respondeu, que não tinham pensado na questão eleitoral, que havia muitas maneiras de funcionar, funcionando este executivo, com algum planeamento, com alguma programação antecipada, independentemente de quem viesse a seguir; que as preocupações são no sentido de que se tivesse um instrumento de trabalho válido, capaz, para que realmente as coisas funcionassem melhor. -----

----- E, não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo sido aprovado por maioria, com doze votos favoráveis e nove abstenções, declarações de voto não há. -----

----- Ponto n.º 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE MIRA – POLO II, NA SEQUÊNCIA DE PARECER DA DGOTDU:-----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mira começando por referir que não gostava de proceder a reaprovações, mas que lhe havia sido dada uma justificação que considerava não poder existir e que se traduzia na circunstância de o regulamento que o Órgão Deliberativo havia aprovado tinha o parecer dos juristas da Comissão de Coordenação da Região Centro, vindo agora os juristas da Direcção Geral corrigir os juristas da Comissão de Coordenação da Região Centro, obrigando-nos a fazer aprovações e reaprovações sem necessidade. Conforme combinado passaria a palavra ao Senhor Vice Presidente ou a um dos técnicos para que dessem conta das alterações propostas, como só mandou tirar duas cópias que estariam em poder dos líderes de bancada, com o regulamento, pedindo então, aos senhores deputados que fossem ouvindo as alterações e havendo dúvidas seriam esclarecidas com as cópias que os líderes tinham em posse. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Vice Presidente e disse que as alterações referidas se prendiam com questões de redacção, e que não se justificava, uma vez que já tinha o parecer jurídico do jurista da Comissão de Coordenação da Região Centro, mas os Senhores de Lisboa obrigavam ao procedimento destas alterações. Pediu, de seguida ao Dr. Ângelo Lopes para explicar muito resumidamente quais as alterações principais, uma vez que, nem todos os deputados tinham cópias dos documentos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Disse, então, o Dr. Ângelo Lopes que as alterações consistiam essencialmente no carácter de redacção do português, e, alguma troca de artigos e eliminação de um. O artigo primeiro que era o enquadramento jurídico, segundo a opinião dos juristas, não fazia sentido constar do regulamento passando a ser substituído por aquilo que no mesmo constava como artigo quarto e, o artigo quinto do referido regulamento passava a ser o artigo dois. Depois tinha um conjunto de alterações relacionadas com questões de português ou então eram afirmações que violavam a lei geral ou a lei específica e foi alertado para o facto de ser retirado. Depois de ter lido e explicado, ponto por ponto, as alterações propostas, informou que tinham sido feitas todas as alterações solicitadas pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e que já constavam no exemplar apresentado, agora, para aprovação. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu haver o problema de nem todos os senhores deputados terem a proposta de regulamento actualizada como tinham os senhores líderes de bancada, mas sendo as alterações pequenas, passava-se portanto à discussão deste ponto. -----

----- Seguidamente, o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário, disse que era extremamente difícil conseguir votar, uma vez que, não tinham tido acesso à redacção original e depois às alterações. Que lhe tinha ficado na retina, por exemplo, a última eliminação que violava a lei geral, que era aquele artigo que falava sobre as omissões, parecendo-lhe um artigo que de alguma forma salvaguardava algumas posições da Câmara Municipal, questionando, se não haveria forma de dar um outro conteúdo legal a esta informação, e, assim sendo, não se sentia muito em consciência a votar estas alterações porque não conseguiu ter uma precisão exacta das mesmas. Questionou ainda, se esse artigo, (que pensava ser o doze), era mesmo banido se não havia qualquer tipo de redacção possível para o mesmo. ---

----- De seguida, tomou a palavra, o senhor deputado José Zacarias Pires Nabais para dizer que, de facto era difícil uma vez que não tinham o texto, mas se tivessem o parecer da Câmara ou do técnico responsável, em relação aos objectivos gerais, se não fossem violados com estas alterações pensava que não havia problema, questionando no entanto, se os referidos objectivos do regulamento inicial (que já tinha sido aprovado) não tinham sofrido algum corte importante. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- De seguida, e, com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor Vice Presidente que disse que, realmente era difícil uma vez que não tinham os papéis à frente, mas que na maioria dos artigos tinha sido de facto uma questão de redacção. Quanto ao último artigo, em que seria eventualmente para salvaguardar alguma posição da Câmara, mas que foi considerado ilegal, remetendo para a lei geral quando houver casos omissos ao regulamento. -----

----- Foi solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada resposta à questão do senhor deputado José Zacarias Pires Nabais, “ se os objectivos do regulamento e as grandes ideias do plano foram de alguma forma violados com esta alteração”, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu que não, que como já tinha sido referido, na essência foram alterações de pormenor de redacção de português à excepção do décimo segundo artigo, portanto o fundamento do regulamento não foi violado. -

----- Foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal entender não ser de levar as pessoas a aprovar coisas sobre as quais não tinham documentação. Embora não lhe agradando, foi sensível ao argumento da Câmara Municipal da necessidade de fazer avançar este plano, tendo feito o que era possível na altura, que foi distribuir uma cópia por cada pessoa, claro que não dava tempo para ler em casa com calma e emitir opinião avalizada, tendo a opinião dos técnicos da Câmara Municipal. Informou ainda que se algum dos senhores deputados invocasse a não possibilidade de votar este regulamento por não ter tido conhecimento dos documentos, teria o mesmo, que propor à Assembleia que se fosse retirado o ponto, solicitando que se alguém tivesse que invocar que o fizesse no momento. -----

----- Disse o senhor deputado Pedro Nunes, em nota de rodapé, que havia que ter um pouco mais de cuidado na elaboração de regulamentos futuros. -----

----- Seguidamente o senhor deputado Luis Carlos Domingues Balseiro sugeriu que na Assembleia seguinte, se fosse possível, tivessem um exemplar cada um do texto definitivo. Depois disse que também tinham que confiar na boa fé da Câmara Municipal. -----

----- Para terminar, usou de novo a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que disse que a questão da elaboração dos regulamentos tinha sido o seu primeiro comentário, mas conforme era sabido,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

a primeira versão tinha a aprovação da Comissão de Coordenação da Região Centro, portanto, em princípio estaria bem. -----

----- E, não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, considerando-se aprovado o regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Polo II, com as alterações ora introduzidas e aprovadas. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da mesma..-----
